PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA

www.pompeia.sp.gov.br – pmp@pompeia.sp.gov.br
Rua Dr. José de Moura Resende 572 – Caixa Postal n.º 1 – CEP 17580-000 – Fone/Fax (14) 34051500

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA

LEI Nº 3.395, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Autoriza o Poder Executivo a elevar os valores dos auxílios, subvenções e/ou contribuições previstas na Lei nº 3.364, de 26 de março de 2026, alterada pela Lei nº 3.382, de 14 de julho de 2026, às entidades que especifica.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA, Prefeito Municipal de Pompeia, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Pompeia aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a elevar os valores dos auxílios, subvenções e/ou contribuições previstos na Lei nº 3.364, de 26 de março de 2026, alterada pela Lei nº 3.382, de 14 de julho de 2026, às entidades abaixo especificadas:

1) Associação Franciscana Alcantarina de Assistência Social...de R$ 207.775,94 para R$ 210.263,48

2) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.....de R$ 452.473,71 para R$ 466.451,54

3) Serviço de Integração de Menores - SIM .....de R$ 207.775,94 para R$ 210.263,49

Art. 2º As despesas com a execução da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pompeia, 22 de outubro de 2026.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA
Prefeito Municipal de Pompeia

Registrada na Secretaria do Gabinete e publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Pompeia, disponível em https://www.pompeia.sp.gov.br/portal/diario-oficial.

Roseli Aparecida de Oliveira Vidal Rissatto
Diretora da Secretaria do Gabinete
.....
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA

DECRETO Nº 6.671, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a transposição de recursos orçamentários na Seção de Contabilidade e Finanças da Prefeitura Municipal de Pompeia, no valor de R$ 714.147,85 (setecentos e quatorze mil, cento e quarenta e sete reais e oitenta e cinco centavos).

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA, Prefeito Municipal de Pompeia, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizado a transposição de recursos orçamentários na Seção de Contabilidade e Finanças da Prefeitura Municipal de Pompeia, no valor de R$ 714.147,85 (setecentos e quatorze mil, cento e quarenta e sete reais e oitenta e cinco centavos), conforme o art. 9º da Lei Municipal nº 3.322, de 10 de setembro de 2025, com as seguintes classificações orçamentárias:

02 – PODER EXECUTIVO
02.01– GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS
02.01.03 – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
08.243.0006.2027 – Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
22 – 3.3.90.36.00– 1 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física.R$ 4.000,00
Subtotal.....R$ 4.000,00

02.04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
02.04.01– Secretaria Municipal de Finanças E Planejamento
04.123.0001.2006 – Manutenção da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento
56 – 3.3.90.93.00 – 1 – Indenizações e Restituições.....R$ 30.000,00
Subtotal.....R$ 30.000,00

02.08– SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.08.01– Secretaria Municipal De Educação
12.361.0003.2015 – Manutenção do Ensino Fundamental
113 – 3.1.90.13.00– 1 – Obrigações Patronais.....R$ 211.630,42
118 – 3.3.90.39.00– 1 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica....R$ 120.000,00
12.365.0003.2014 – Manutenção das Pré-Escolas
147 – 3.1.90.13.00– 1 – Obrigações Patronais.....R$ 156.517,43
296 – 3.1.90.11.00 – 2 – Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil...R$ 40.000,00
Subtotal.....R$ 528.147,85

02.10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

02.10.01– Secretaria Municipal De Infraestrutura E Desenvolvimento Urbano
15.453.0007.2033 – Manutenção do Transporte Coletivo Urbano
191 – 3.3.90.39.00– 1 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica...R$ 80.000,00
Subtotal.....R$ 80.000,00

02.13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
02.13.01– Fundo De Assistência Social
08.122.0006.2021 – Gestão Administrativa do Fundo de Assistência Social
283 – 3.3.90.48.00– 1 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física.....R$ 70.000,00
08.244.0006.2023 – Bloco de Proteção Social Básica
243 – 3.3.90.39.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....R$ 2.000,00
Subtotal.....R$ 72.000,00
TOTAL.....R$ 714.147,85

Art. 2º A cobertura da transposição de que trata o artigo anterior no valor de R$ 714.147,85 (setecentos e quatorze mil, cento e quarenta e sete reais e oitenta e cinco centavos), sairá das dotações abaixo discriminadas:

02 – PODER EXECUTIVO
02.01– GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS
02.01.03 – Fundo Municipal Da Criança E Do Adolescente
08.243.0006.2027 – Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
23 – 3.3.90.39.00– 1 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....R$ 4.000,00
Subtotal.....R$ 4.000,00
02.04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
02.04.01– SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
04.123.0001.2006 – Manutenção da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento
46 – 3.1.90.13.00 – 1 – Obrigações Patronais.....R$ 30.000,00
Subtotal.....R$ 30.000,00

02.08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.08.01– Secretaria Municipal De Educação
12.361.0003.2015 – Manutenção do Ensino Fundamental
111 – 3.1.90.11.00– 2 – Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil...R$ 180.000,00
114 – 3.1.90.13.00– 2 – Obrigações Patronais.....R$ 144.168,82
115 – 3.1.90.13.00– 2 – Obrigações Patronais.....R$ 9.131,18
295 – 3.1.90.13.00– 2 – Obrigações Patronais.....R$ 38.330,42
12.365.0003.2014 – Manutenção das Pré-Escolas
144 – 3.1.90.11.00– 1 – Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil...R$ 31.026,35
149 – 3.1.90.13.00– 2 – Obrigações Patronais.....R$ 111.008,03
148 – 3.1.90.13.00– 2 – Obrigações Patronais.....R$ 14.483,05
Subtotal.....R$ 528.147,85

02.10– SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

02.10.01– Secretaria Municipal De Infraestrutura E Desenvolvimento Urbano
15.452.0007.2032 – Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública
188 – 3.3.90.39.00– 1 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....R$ 80.000,00
Subtotal.....R$ 80.000,00

02.13– SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
02.13.01– Fundo De Assistência Social
08.122.0006.2021 – Gestão Administrativa do Fundo de Assistência Social
210 – 3.1.90.11.00– 1 – Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil.....R$ 30.000,00
218 – 3.3.90.39.00– 1 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....R$ 40.000,00
08.244.0006.2023 – Bloco de Proteção Social Básica
237 – 3.3.90.30.00– 1 – Material de Consumo.....R$ 2.000,00
Subtotal.....R$ 72.000,00
TOTAL.....R$ 714.147,85

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pompeia, 28 de setembro de 2026.

Valor da publicação: R$ 31,32.
Conforme Lei Municipal Nº 2.650, de 30 de março de 2016

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA
Prefeito Municipal de Pompeia

Registrado na Secretaria do Gabinete, afixado e publicado no local de costume na data supra.

Roseli Aparecida de Oliveira Vidal Rissatto
Diretora da Secretaria do Gabinete

.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA
DECRETO Nº 6.683, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

Aprova a Resolução nº 112, de 15 de outubro de 2026, do Departamento de Higiene e Saúde de Pompeia, que dispõe sobre a transposição de recursos orçamentários no valor de R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA, Prefeito Municipal de Pompeia, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aprovada a Resolução nº 112, de 15 de outubro de 2026, do Departamento de Higiene e Saúde de Pompeia, que dispõe sobre a transposição de recursos orçamentários do Departamento de Higiene e Saúde, consoante o art. 9º, da lei nº 3.322, de 10 de setembro de 2025, no valor de R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), conforme dotação abaixo especificada:

03 - ENTIDADES AUTÁRQUICAS - DHS
03.01 – DEPARTAMENTO DE HIGIENE E SAÚDE - DHS
03.01.01 - DEPARTAMENTO DE HIGIENE E SAÚDE
10.122.0012.2042 - GESTÃO DO DHS
15 - 4.6.90.71.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatada.....R$ 60.000,00
SUBTOTAL.....R$ 60.000,00

10.302.0012.2043 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA
22 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo.....R$ 200.000,00
SUBTOTAL.....R$ 200.000,00

10.302.0012.2044 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA
42 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo.....R$ 100.000,00
SUBTOTAL.....R$ 100.000,00
TOTAL..... R$ 360.000,00

Art. 2º A cobertura da transposição de que trata o artigo anterior será feita com o recurso de anulação de dotação, no valor de R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), conforme discriminado abaixo:

10.122.0012.2042 - GESTÃO DO DHS
01 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil.....R$ 40.000,00
05 - 3.1.90.94.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas.....R$ 40.000,00
SUBTOTAL.....R$ 80.000,00

10.302.0012.2043 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA
16 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil.....R$ 20.000,00
32 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física.....R$ 20.000,00
26 - 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição.....R$ 30.000,00
30 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....R$ 20.000,00
17 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil.....R$ 50.000,00
27 - 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição.....R$ 20.000,00
SUBTOTAL.....R$ 160.000,00

10.302.0012.2044 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA
37 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil.....R$ 50.000,00

SUBTOTAL.....R$ 50.000,00

10.303.0012.2045 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
58 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física.....R$ 10.000,00
56 - 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição.....R$ 20.000,00
SUBTOTAL.....R$ 30.000,00

10.304.0012.2046 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA
67 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo.....R$ 40.000,00
SUBTOTAL.....R$ 40.000,00
TOTAL.....R$ 360.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pompeia, 15 de outubro de 2026.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA
Prefeito Municipal de Pompeia

Registrado na Secretaria do Gabinete e publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Pompeia, disponível em https://www.pompeia.sp.gov.br/portal/diario-oficial.

Roseli Aparecida de Oliveira Vidal Rissatto
Diretora da Secretaria do Gabinete

.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA
DECRETO Nº 6.684, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

Aprova a Resolução nº 02, de 21 de outubro de 2026, do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pompeia, que dispõe sobre a transposição de recursos orçamentários no valor de R$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais).

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA, Prefeito Municipal de Pompeia, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aprovada a Resolução nº 02, de 21 de outubro de 2026, do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pompeia, que dispõe sobre a transposição de recursos orçamentários do Departamento de Higiene e Saúde, consoante o art. 9º, da lei nº 3.322, de 10 de setembro de 2025, no valor de R$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais), conforme classificação orçamentária abaixo especificada:
04 – ENTIDADES AUTÁRQUICAS - SAAE
04.01 – SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE POMPEIA - SAAE
04.01.01 - SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE POMPEIA - SAAE
17.512.0011.2040 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA
Ficha 02 – 3.1.90.13.00 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....R$ 100.000,00
Ficha 07 – 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 200.000,00
Ficha 09 – 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....R$ 500.000,00
17.512.0011.2040 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESGOTO
Ficha 26 – 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 50.000,00
TOTAL.....R$850.000,00

Art. 2º A cobertura da transposição de que trata o artigo anterior será feita com o recurso de anulação de dotação, no valor de R$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais, conforme discriminado abaixo:

04 – ENTIDADES AUTÁRQUICAS - SAAE
04.01 – SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE POMPEIA - SAAE
04.01.01 - SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE POMPEIA - SAAE
17.512.0031. 2080 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESGOTOS
Ficha 15 – 4.4.90.51.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES.....R$ 154.000,00
Ficha 16 – 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.....R$ 149.000,00
Ficha 17 – 4.4.90.51.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES.....R$ 99.000,00
Ficha 18 – 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.....R$ 199.000,00

Valor da publicação: R$ 31,32.
Conforme Lei Municipal Nº 2.650, de 30 de março de 2016

Ficha 19 – 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.....R$ 249.000,00

TOTAL.....R$850.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pompeia, 21 de outubro de 2026.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA
Prefeito Municipal de Pompeia

Registrado na Secretaria do Gabinete e publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Pompeia, disponível em https://www.pompeia.sp.gov.br/portal/diario-oficial.

Roseli Aparecida de Oliveira Vidal Rissatto
Diretora da Secretaria do Gabinete

.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA

DECRETO Nº 6.685, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Regulamenta a Lei nº 3.394, de 16 de outubro de 2026, que dispõe sobre diretrizes para identificação e o atendimento da pessoa com Fibromialgia no Município de Pompeia e autoriza a instituição do Cadastro Municipal e da Carteira de Identificação da Pessoa com Fibromialgia, e dá outras providências.

Valor da publicação: R$ 31,32.
Conforme Lei Municipal Nº 2.650, de 30 de março de 2016

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA, Prefeito Municipal de Pompeia, Estado de São Paulo, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar os procedimentos para o cadastramento e a emissão da Carteira de Identificação da Pessoa com Fibromialgia, nos termos da Lei nº 3.394, de 16 de outubro de 2026;

D E C R E T A:

Art. 1º A expedição da Carteira de Identificação da Pessoa com Fibromialgia – CIPF tem por finalidade facilitar a identificação das pessoas diagnosticadas com Fibromialgia, contribuir para o planejamento de políticas públicas e favorecer o acesso aos direitos assegurados pela legislação aplicável.

Art. 2º Compete ao Departamento de Higiene e Saúde de Pompeia - DHS:
I – analisar os requerimentos e verificar o cumprimento dos requisitos para emissão da Carteira de Identificação da Pessoa com Fibromialgia – CIPF;
II – providenciar a emissão da CIPF;
III – realizar e manter atualizado o Cadastro Municipal da Pessoa com Fibromialgia;
IV – manter registro e controle das carteiras emitidas, contendo, no mínimo, o nome do titular e o número de identificação da respectiva carteira.

Art. 3º A Carteira de Identificação da Pessoa com Fibromialgia – CIPF será confeccionada e expedida pelo Departamento de Higiene e Saúde, devendo conter a denominação "Carteira de Identificação da Pessoa com Fibromialgia", além dos dados necessários à identificação do titular e ao controle de sua emissão.

Art. 4º Poderá requerer a CIPF:
I – o próprio interessado; ou
II – seu representante legal, quando cabível.

Art. 5º A emissão da CIPF será condicionada ao prévio cadastramento do interessado junto ao Departamento de Higiene e Saúde de Pompeia - DHS, mediante apresentação dos seguintes documentos:
I – documento oficial de identificação e Cadastro de Pessoas Físicas – CPF do interessado;
II – comprovante de residência no Município de Pompeia;
III – laudo, relatório ou atestado médico que comprove o diagnóstico de Fibromialgia; e
IV – documento oficial de identificação do representante legal, quando for o caso.
§ 1º Os documentos apresentados deverão estar legíveis e permitir a verificação dos requisitos para emissão da carteira.
§ 2º Caso a documentação esteja incompleta ou apresente inconsistências, o interessado poderá ser notificado para providenciar sua regularização.
§ 3º A CIPF será expedida gratuitamente, em formato físico ou digital, conforme os meios disponibilizados pela Administração Municipal.
§ 4º A atualização cadastral deverá ser solicitada pelo titular ou por seu representante legal sempre que houver alteração dos dados informados.
§ 5º A segunda via da CIPF poderá ser solicitada em caso de perda, extravio, furto, roubo, dano ou inutilização do documento.

Art. 6º O tratamento dos dados pessoais dos cadastrados, especialmente os relativos à saúde, observará a legislação aplicável, em particular a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assegurados o sigilo e a segurança das informações.

Art. 7º A emissão e a apresentação da CIPF não implicam, por si só, o reconhecimento da condição de pessoa com deficiência nem a concessão de prioridade de atendimento não prevista na legislação aplicável.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pompeia, 22 de outubro de 2026.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA
Prefeito Municipal de Pompeia

Registrado na Secretaria do Gabinete e publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Pompeia, disponível em https://www.pompeia.sp.gov.br/portal/diario-oficial.

Roseli Aparecida de Oliveira Vidal Rissatto
Diretora da Secretaria do Gabinete

.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA

DECRETO Nº 6.686, DE 27 DE OUTUBRO DE 2026

Institui a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral no âmbito da rede municipal de ensino de Pompeia e estabelece diretrizes para sua implementação, acompanhamento e avaliação.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA, Prefeito Municipal de Pompeia, Estado de São Paulo, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988, especialmente os arts. 205, 206 e 208, que dispõem sobre o direito à educação, os princípios do ensino e o dever do Estado com a educação;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) de que trata o art. 212-A da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.640, de 31 de julho de 2023, que institui o Programa Escola em Tempo Integral;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2026–2036, observadas as metas e estratégias aplicáveis à ampliação da educação integral em tempo integral;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, com as alterações introduzidas pelo Decreto Federal nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva;

CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo Municipal da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica, com as alterações introduzidas pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de junho de 2026;

CONSIDERANDO a meta 6 da Lei Municipal nº 2.625, de 22 de dezembro de 2015, que aprovou o Plano Municipal de Educação de Pompeia para o decênio 2015-2025;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.346, de 3 de dezembro de 2025, que prorrogou o prazo de vigência do Plano Municipal de Educação de Pompeia;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.770, de 29 de novembro de 2017, que dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar uma política municipal planejada e contínua de Educação Integral em Tempo Integral;

D E C R E T A:

CAPÍTULO I
DA POLÍTICA, DAS CONCEPÇÕES E DOS PRINCÍPIOS

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral para as escolas Municipais do Município de Pompeia/SP.

Art. 2º A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral define as diretrizes, concepções, dimensões, decisões e estratégias públicas que contemplam e orientam os processos e ações para desenvolvimento e consolidação da política educacional.

Art. 3º A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral tem por finalidade assegurar o desenvolvimento pleno dos educandos nas dimensões cognitiva, física, emocional, social, cultural, ética e cidadã, garantindo o direito à aprendizagem com equidade e qualidade social.

Art. 4º A Política de Educação Integral se aplica à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental da rede municipal de ensino, respeitadas as especificidades de cada etapa e modalidade da Educação Básica.

Parágrafo único. A execução da Política ocorrerá conforme as diretrizes, o planejamento e os atos complementares estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, observada a legislação vigente e as competências dos órgãos do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 5º Para os fins dispostos neste decreto considera-se:

I - Educação Integral: refere-se à formação humana e ao desenvolvimento pleno dos educandos em suas dimensões intelectual, social, cultural, emocional, ética e física, visando ao pleno exercício da cidadania;

II - Tempo Integral: refere-se à ampliação da jornada escolar para o regime mínimo de 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, com oportunidades educativas associadas aos espaços dentro e fora da escola, considerando a diversidade de experiências educativas por meio de um currículo integrado;

III - Educação Integral em Tempo Integral: refere-se à articulação entre a formação multidimensional do estudante e a ampliação do tempo de permanência na escola, mediante currículo integrado, experiências educativas diversificadas e práticas pedagógicas comprometidas com a aprendizagem, a equidade e a redução das desigualdades educacionais.

Art. 6º São princípios da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral:

I - Formação Integral: promoção do desenvolvimento pleno dos educandos em todas as suas dimensões, visando pleno exercício da cidadania;

II - Integração Curricular: articulação dos tempos, espaços e saberes educativos, em consonância com a Proposta Curricular e o Projeto Político-Pedagógico, por meio de práticas interdisciplinares, metodologias ativas e formação continuada dos profissionais da educação.

III - Equidade e Inclusão: promoção da igualdade de oportunidades educacionais, com respeito às diferenças, valorização da diversidade e enfrentamento à violência, ao racismo e a todas as formas de discriminação, promovendo a justiça social;

IV - Gestão Democrática: participação coletiva nas decisões escolares, fortalecimento das relações e valorização do protagonismo estudantil;

V – Território Educativo: integração entre escola e comunidade, espaços públicos e privados para ampliar as experiências de aprendizagem;

VI - Sustentabilidade e Contemporaneidade: desenvolvimento de competências para o exercício da cidadania, a preservação ambiental e a construção de uma sociedade sustentável.

Art. 7º São diretrizes da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral:

I – Ampliação das matrículas e da oferta de escolas em tempo integral, priorizando a formação integral e a vulnerabilidade social;

II – Currículo voltado à garantia dos direitos de aprendizagem e ao desenvolvimento integral dos estudantes em todas as etapas e modalidades da Educação Básica;

III – Integração curricular, superando a divisão entre turno e contraturno;

IV – Ampliação das aprendizagens por meio de práticas educativas diversificadas, inclusivas e integradas;

V – Melhoria dos espaços escolares, garantindo acessibilidade, inclusão e respeito à diversidade;

VI – Utilização de materiais pedagógicos diversificados, acessíveis e contextualizados à realidade;

VII – Desenvolvimento de práticas educativas interdisciplinares e integradas;

VIII – Incentivo à participação ativa dos estudantes, à colaboração e à autonomia na aprendizagem;

IX – Promoção da participação democrática na escola, com escuta, diálogo e decisões participativas;

X – Integração entre escola e comunidade, valorizando os saberes locais e os territórios educativos

XI – Articulação intersetorial com diversos setores da sociedade para o desenvolvimento integral dos estudantes;

XII – Valorização dos profissionais da educação, com formação continuada e condições adequadas de trabalho;

XIII – Garantia da inclusão e do respeito às especificidades das modalidades de ensino;

XIV – Valorização da diversidade cultural e linguística.

XV – Priorização de matrículas em tempo integral para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, assegurando equidade e inclusão educacional.

CAPÍTULO II
ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO E TRABALHO DOCENTE

Art. 8º A jornada escolar da Educação Integral em Tempo Integral no Município de Pompeia será de, no mínimo, 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, podendo ser ampliada, conforme a organização da rede municipal de ensino.

§ 1º A organização da rotina escolar integrará as atividades pedagógicas e as ações de acolhimento, alimentação, higiene, descanso e convivência, respeitando as necessidades dos estudantes, seu desenvolvimento integral e a etapa de Ensino.

Art. 9º A ampliação das matrículas em tempo integral considerará a vulnerabilidade socioeconômica, a demanda territorial, a infraestrutura escolar, a participação da comunidade, a disponibilidade orçamentária e as necessidades de aprendizagem dos estudantes.

Parágrafo único. A expansão ocorrerá de forma gradual e planejada, com definição de metas, etapas e prioridades, observadas as metas educacionais vigentes e as condições necessárias à oferta com qualidade e equidade.

Art. 10. A atribuição de classes, aulas e atividades de enriquecimento curricular observará a habilitação profissional e a legislação municipal vigente.

Parágrafo único. A organização das atividades deverá assegurar sua vinculação ao currículo e aos objetivos de aprendizagem, evitando a fragmentação do trabalho pedagógico ou a constituição de atividades desconectadas da proposta educativa da unidade escolar.

Valor da publicação: R$ 31,32.
Conforme Lei Municipal Nº 2.650, de 30 de março de 2016

Art. 11. A composição das equipes gestoras e a distribuição dos profissionais observarão a estrutura administrativa, o quadro de pessoal e os critérios previstos na legislação municipal.

Art. 12. Os Projetos Político-Pedagógicos deverão contemplar os princípios, objetivos e a organização da Educação Integral em Tempo Integral, considerando a realidade local e a formação continuada dos profissionais.

Art. 13. A organização do trabalho assegurará os tempos coletivos de estudos, planejamento e avaliação previstos na legislação municipal, destinados também à integração dos profissionais que atuam com a mesma turma.

CAPÍTULO III
ACESSO E PERMANÊNCIA

Art. 14. A oferta de vagas em tempo integral observará a equidade educacional e as condições necessárias ao atendimento, considerando a infraestrutura escolar, a disponibilidade de profissionais, o transporte, a alimentação, a acessibilidade e as necessidades dos estudantes.

Art. 15. O acesso às vagas será universal, equitativo e inclusivo, priorizando a expansão em territórios e escolas de maior vulnerabilidade social, conforme a capacidade de atendimento da rede.

Parágrafo único. Os critérios de distribuição das vagas serão regulamentados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em consonância com a legislação vigente.

CAPÍTULO IV
GESTÃO DEMOCRÁTICA

Art. 16. A implementação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral observará a transparência e a participação da comunidade escolar, através das instâncias de gestão democrática existentes, das reuniões escolares, da escuta dos estudantes e das famílias e de outros mecanismos participativos definidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 17. Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

I – Coordenar, orientar e acompanhar a implementação da política;

II – Promover a formação continuada e a valorização dos profissionais da educação;

III – planejar e assegurar, conforme as competências legais e a programação orçamentária, os recursos humanos, materiais e pedagógicos necessários;

IV – Articular as ações com as famílias e a comunidade e com as políticas de saúde, assistência social, cultura, esporte e proteção à criança e ao adolescente;

V – Monitorar e avaliar a política, com participação da comunidade escolar;

VI – Orientar a adequação dos Projetos Político-Pedagógicos, regimentos e matrizes curriculares;

VII – Diagnosticar a demanda, planejamento da expansão e acompanhar a distribuição de matrículas, profissionais e recursos;

VIII – Registrar as matrículas nos sistemas oficiais e divulgar experiências pedagógicas relevantes;

IX – Promover estudos para o aprimoramento das práticas pedagógicas e das condições de trabalho;

X – Elaborar e atualizar as diretrizes pedagógicas municipais para a Educação Integral em Tempo Integral.

Art. 18. Compete às unidades escolares, no âmbito de suas atribuições:

I – adequar seus Projetos Político-Pedagógicos, regimentos e instrumentos de planejamento às diretrizes desta Política;

II – organizar os tempos, espaços e experiências educativas de forma integrada;

III – promover a participação dos profissionais, estudantes e famílias na avaliação e no aperfeiçoamento das práticas pedagógicas;

IV – acompanhar a frequência, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes;

V – comunicar à Secretaria Municipal de Educação e Cultura as necessidades de infraestrutura, recursos humanos, materiais, acessibilidade e formação;

VI – manter registros pedagógicos e administrativos necessários ao monitoramento e à avaliação da Política.

CAPÍTULO V
CURRÍCULO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Art. 19. O currículo integrará a base comum, a parte diversificada e as ações de cuidado, conforme a BNCC, os Temas Contemporâneos Transversais e a proposta curricular municipal, respeitadas as especificidades de cada etapa e modalidade.

Parágrafo único. As práticas serão interdisciplinares, inclusivas e contextualizadas, promovendo os direitos humanos, a educação étnico-racial e ambiental, o enfrentamento à violência de gênero e o uso de metodologias ativas.

Art. 20. A organização dos tempos escolares observará a jornada mínima prevista neste Decreto e as matrizes curriculares municipais aprovadas.

CAPÍTULO VI
EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 21. O currículo da Educação Infantil será organizado a partir dos eixos das interações e da brincadeira, assegurando os direitos de aprendizagem e os campos de experiências, com respeito aos ritmos, às necessidades e às formas de expressão das crianças.

Art. 22. A ampliação do tempo na Educação Infantil assegurará experiências diversificadas de exploração, expressão, movimento, convivência e contato com a natureza, integrando o educar e o cuidar e assegurando acolhimento, materiais diversificados e respeito às múltiplas linguagens.

Parágrafo único. As experiências deverão observar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento e os campos de experiências estabelecidos na Base Nacional Comum Curricular e no currículo municipal, respeitando as necessidades específicas dos educandos.

Art. 23. O relatório de acompanhamento da aprendizagem dar-se-á por meio de uma documentação pedagógica contínua, processual e preferencialmente unificada, pautada no princípio fundamental de que o aluno é um sujeito único e integral, refletindo a totalidade das experiências vivenciadas. Subsidiará o planejamento, a reflexão sobre as práticas e a comunicação com as famílias.

CAPÍTULO VII
ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 24. O Ensino Fundamental em tempo integral articulará os componentes curriculares, as atividades complementares e de enriquecimento curricular, conforme as matrizes aprovadas para a rede municipal.

Parágrafo único. As atividades complementares e de enriquecimento curricular integrarão o planejamento pedagógico da unidade escolar e deverão contribuir para a consolidação das aprendizagens, a ampliação do repertório cultural e científico e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Art. 25. A avaliação da aprendizagem no Ensino Fundamental, em regime de Educação Integral em Tempo Integral, terá caráter contínuo, processual, diagnóstico, formativo e cumulativo, considerando o desenvolvimento integral dos estudantes nas diferentes áreas do conhecimento previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na Proposta Curricular do Município de Pompeia e na Parte Diversificada do Currículo.

Parágrafo único. A avaliação terá por objetivo acompanhar e promover a progressão das aprendizagens, subsidiar o planejamento pedagógico, orientar a recomposição das aprendizagens e favorecer o desenvolvimento das competências cognitivas, socioemocionais, culturais, artísticas, científicas e tecnológicas.

Art. 26. Os critérios e registros observarão as normas municipais e o percurso integral do estudante, sem adoção automática de nota única entre componentes e as atividades complementares e as atividades de enriquecimento curricular.

CAPÍTULO VIII
EDUCAÇÃO ESPECIAL

Valor da publicação: R$ 31,32.
Conforme Lei Municipal Nº 2.650, de 30 de março de 2016

Art. 27. A Educação Especial será transversal à oferta educacional, assegurando acesso, participação, permanência, aprendizagem e desenvolvimento aos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, nos termos da legislação vigente.

Art. 28. O Atendimento Educacional Especializado será ofertado de forma complementar ou suplementar à escolarização, conforme as normas aplicáveis e as necessidades educacionais identificadas.

Art. 29. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura organizará os apoios conforme a demanda e as barreiras identificadas. A escola articulará, quando necessário, os encaminhamentos intersetoriais com a família e os serviços responsáveis.

Art. 30. Os profissionais construirão colaborativamente o Estudo de Caso, a Avaliação Pedagógica Inicial, o Plano Educacional Individualizado (PEI) e o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), assegurando materiais acessíveis, eliminação de barreiras e estratégias e avaliações adequadas às necessidades do estudante.

Parágrafo único. Eventual flexibilização da jornada considerará as barreiras, os atendimentos intersetoriais e a avaliação dos profissionais, em diálogo com a família e observadas as disposições deste Decreto.

CAPÍTULO IX
ATUAÇÃO PEDAGÓGICA E FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 31. Os professores atuarão como articuladores e mediadores da aprendizagem, com planejamento, intervenções e registros articulados entre os profissionais, assegurando a continuidade do trabalho da turma ao longo da jornada.

Art. 32. A formação continuada será organizada, em regime de colaboração, pela SMEC e pelas unidades escolares, articulando formação centralizada, estudos coletivos, acompanhamento em serviço e autoformação, conforme as necessidades da comunidade escolar.

§ 1º As ações abordarão currículo integrado, metodologias, recomposição das aprendizagens, múltiplas linguagens, educação digital, direitos humanos, relações étnico-raciais, enfrentamento à violência de gênero, educação ambiental e práticas de cuidado, alimentação, higiene e descanso.

§ 2º O planejamento da formação continuada deverá considerar as necessidades identificadas no acompanhamento das aprendizagens, as especificidades das etapas e modalidades da Educação Básica e as condições de trabalho dos profissionais.

§ 3º A Secretaria Municipal de Educação e Cultura promoverá a avaliação das ações formativas, utilizando seus resultados para o aprimoramento das práticas pedagógicas e da implementação da Política.

CAPÍTULO X
PROGRAMAS E FINANCIAMENTO

Art. 33. A implementação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral será assegurada por financiamento público adequado e contínuo, mediante articulação entre as esferas governamentais, observadas as respectivas competências legais e as necessidades da oferta educacional.

Art. 34. O planejamento e a execução orçamentária observarão a legislação vigente e assegurarão condições para a implementação, a expansão e a qualificação da oferta, com qualidade e equidade.

Parágrafo único. O planejamento deverá considerar, entre outros elementos, as despesas com profissionais, alimentação escolar, transporte, infraestrutura, acessibilidade, materiais pedagógicos, manutenção dos espaços e formação continuada.

Art. 35. A operacionalização de pactuações e adesões a programas caberá aos setores competentes da administração municipal, em articulação com a SMEC.

Valor da publicação: R$ 31,32.
Conforme Lei Municipal Nº 2.650, de 30 de março de 2016

Art. 36. O Município poderá buscar recursos complementares por meio de programas, convênios e parcerias legalmente admitidos, preservada a responsabilidade pública pela oferta educacional.

CAPÍTULO XI
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 37. O monitoramento e a avaliação constituem instrumentos permanentes da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura coordenará o acompanhamento contínuo e a elaboração de balanço anual da Política, com participação das
unidades escolares, da comunidade e das instâncias de acompanhamento e controle social, respeitadas suas competências.

Art. 38. A avaliação considerará, entre outros aspectos:
I – matrículas e equidade no acesso;
II – frequência, permanência e aprendizagem;
III – infraestrutura, acessibilidade e organização curricular;
IV – gestão democrática e articulação intersetorial;
V – formação continuada;
VI– Integração com territórios;
VII – Aplicação de recursos.

§ 1º A Secretaria Municipal de Educação e Cultura estabelecerá indicadores, procedimentos, periodicidade e responsabilidades para o monitoramento e a avaliação, em consonância com as normas nacionais e municipais aplicáveis.

§ 2º O monitoramento será documentado, divulgado e utilizado no aprimoramento da política e na tomada de decisões.

CAPÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 39. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura expedirá os atos normativos complementares necessários à execução deste Decreto.

Art. 40. A implementação da Política ocorrerá de forma planejada e progressiva, conforme cronograma elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, observadas as metas educacionais vigentes, a disponibilidade de infraestrutura, os recursos humanos e financeiros e as condições necessárias à garantia da qualidade e da equidade da oferta.

Art. 41. Os *casos omissos* e as situações excepcionais decorrentes da aplicação deste Decreto serão resolvidos pela Secretaria Municipal da Educação e Cultura, observado o disposto na legislação federal e municipal vigente.

Art. 42. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, observadas a

legislação orçamentária e fiscal vigente e as normas aplicáveis ao financiamento da educação.

Art. 43. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pompeia, 27 de outubro de 2026.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA
Prefeito Municipal de Pompeia

Registrado na Secretaria do Gabinete e publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Pompeia, disponível em https://www.pompeia.sp.gov.br/portal/diario-oficial.

Roseli Aparecida de Oliveira Vidal Rissatto
Diretora da Secretaria do Gabinete

MUNICIPIO DE QUINTANA
AVENIDA SANTA AMELIA, 364-CENTRO
44569051/0001-04 Ensino Exercício: 2026

DEMONSTRATIVO TRIMESTRAL DA EDUCAÇÃO (Despesa Liquidada + RP Total)
Artigo 212 - CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 05/10/1988
PERÍODO DE 01/07/2026 A 30/09/2026

RECEITAS RESULTANTE DE IMPOSTOS (Caput do art. 212 da Constituição)	Valor Arrecadado	Obrig.(25,00%)
1. RECEITAS DE IMPOSTOS	**875.089,40**	**218.772,35**
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	173.440,49	43.360,12
1.2 - Receitas Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	32.505,95	8.126,49
1.3 - Receitas Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	436.071,84	109.017,96
1.4 - Receitas Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	233.071,12	58.267,78
2. RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**9.947.622,39**	**821.347,58**
2.1 - Cota-Parte FPM	**5.599.178,21**	**603.925,37**
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea b	3.979.345,91	198.967,30
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea d e e	1.619.832,30	404.958,07
2.2 - Cota-Parte ICMS	3.979.605,21	198.980,26
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	32.116,48	1.605,82
2.4 - Cota-Parte ITR	22.265,70	1.113,29
2.5 - Cota-Parte IPVA	314.456,79	15.722,84
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3. TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	**10.822.711,79**	**1.040.119,93**

RECEITAS DO FUNDEB	
4. RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	**1.665.557,83**
4.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	795.869,08
4.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	795.920,99
4.3 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	6.423,27
4.4 - Cota-Parte ITR Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	4.453,11
4.5 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.5)	62.891,38
5. RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	**1.924.525,30**
5.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	**1.924.525,30**
5.1.1 - Principal	1.916.785,71
5.1.2 - Rendimentos de Aplicações Financeiras	7.739,59
5.1.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00
5.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	**0,00**
5.2.1 - Principal	0,00
5.2.2 - Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00
5.2.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00
5.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	**0,00**
5.3.1 - Principal	0,00
5.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00
5.3.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00
5.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	**0,00**
5.4.1 - Principal	0,00
5.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00
5.4.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00

MUNICIPIO DE QUINTANA
AVENIDA SANTA AMELIA, 364-CENTRO
44569051/0001-04 Ensino Exercício: 2026

DEMONSTRATIVO TRIMESTRAL DA EDUCAÇÃO (Despesa Liquidada + RP Total)
Artigo 212 - CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 05/10/1988
PERÍODO DE 01/07/2026 A 30/09/2026

6. RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (5.1.1 - 4)	**251.227,88**
6.1 - ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	251.227,88
6.2 - DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	0,00

DESPESAS DO FUNDEB	
7. PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	**1.162.581,39**
7.1 - Educação Infantil	**480.096,86**
7.1.1 - Creche	0,00
7.1.2 - Pré - Escola	480.096,86
7.2 - Ensino Fundamental	682.484,53
8. OUTRAS DESPESAS	**14.004,64**
8.1 - Educação Infantil	**14.004,64**
8.1.1 - Creche	0,00
8.1.2 - Pré-Escola	14.004,64
8.2 - Ensino Fundamental	0,00
9. TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (7 + 8)	**1.176.586,03**

DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDOS NO EXERCÍCIO	
10. Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educação Básica	1.162.581,39
11. Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.194.872,83
12. Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00
13. Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00
14. Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00
15. Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementaçãoda União - VAAT aplicadas na Educação Infantil	0,00
16. Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT aplicadas em Despesa de Capital	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3° - Constituição Federal	
17. Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	**60,41**
18. Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	**0,00**
19. Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesa de Capital	**0,00**

DESPESAS COM MANUTENÇÂO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)		
20. EDUCAÇÃO INFANTIL	**657.558,01**	
20.1 - Creche	586.311,61	
20.2 Pré-escola	71.246,40	
21. ENSINO FUNDAMENTAL	1.907.365,47	
22. TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (20 + 21)	**2.564.923,48**	
	Valor Arrecadado	**Obrig.(100%)**
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL		
23. TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS (FUNDEB E RECEITAS DE IMPOSTOS)	**3.759.796,31**	**0,00**
24. RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	**251.227,88**	**0,00**

MUNICIPIO DE QUINTANA
AVENIDA SANTA AMELIA, 364-CENTRO
44569051/0001-04 Ensino Exercício: 2026

DEMONSTRATIVO TRIMESTRAL DA EDUCAÇÃO (Despesa Liquidada + RP Total)
Artigo 212 - CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 05/10/1988
PERÍODO DE 01/07/2026 A 30/09/2026

25. TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23 - 24)	**3.508.568,43**	**0,00**
26. PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((25)/(3)x100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%	**32,42**	**0,00**
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		
27. RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	**214.288,19**	**214.288,19**
27.1 - Salário-Educação	101.477,16	101.477,16
27.2 - PDDE	0,00	0,00
27.3 - PNAE	120.572,84	
27.4 - PNATE	10.524,99	
27.5 - Outras Transferências do FNDE	-18.286,80	
28. RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	409.811,73	
29. RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	
30. RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	
31. OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	613,82	
32. TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS ADICIONAIS DO ENSINO (27 + 28 + 29 + 30 + 31)	**624.713,74**	
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		
33. EDUCAÇÃO INFANTIL	**0,00**	
33.1 - Creche	0,00	
33.2 - Pré - Escola	0,00	
34. ENSINO FUNDAMENTAL	757.773,43	
35. ENSINO MÉDIO	0,00	
36. ENSINO SUPERIOR	2.243,95	
37. ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	
38. TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (33 + 34 + 35 + 36 + 37)	**760.017,38**	

LULUZINHA TEEN

